

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 17 n. 1 janeiro/abril 2016



Editora Unoesc

E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 17	n. 1	p. 1-372	jan./abr. 2016
-----------------	---------	-------	------	----------	----------------

© 2016 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – www.unoesc.edu.br – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira - Editor Executivo

Copidesque: Bianca Regina Paganini, Giovana Patricia Bizinela

Revisão Eletrônica: Talita Varella da Silva

Projeto gráfico: Simone Dal Moro

Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	<p>Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Ed. Unoesc, 2000- v. ; 28 cm</p> <p>Quadrimestral 2016- ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJL] Modo de acesso: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943</p> <p>1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina.</p> <p style="text-align: right;">Doris 340.05</p>
------------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editor-Chefe

Carlos Luiz Strapazzon, Doutor, Professor Unoesc, Brasil
strapazzon.carlos.luiz@gmail.com

Editores Assistentes

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Doutor, Prof. PPGD Unoesc, Brasil
Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Unoesc, Brasil
Wilson Antônio Steinmetz, Doutor, Professor UCS (RS) e Unoesc (SC), Universidade de Caxias do Sul (UCS) Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Brasil

Editores Associados (Brasil)

Gisela Maria Bester, Doutora, Profa. PPGD Unoesc, Chapecó, Brasil, PPGD Unoesc
Janaina Reckziegel, Doutora, Profa. PPGD Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina
Rodrigo Garcia Schwarz, Doutor, Professor do PPGD UNOESC, Chapecó, SC, Brasil, UNOESC, Brasil
Rogério Luiz Nery da Silva, Doutor, Professor PPGD-Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Doutor, Professor do Mestrado UNOESC (SC) e EMERJ (RJ), Brasil
Yuri Schneider, Doutor, Prof. PPGD-Unoesc, Chapecó, Brasil

Editores Associados (Espanha)

Waldimeiry Correa da Silva, Doutora, Prof. Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España, Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España

Endereço eletrônico: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/index>

Indexações Internacionais:

Directory of Open Access Journals (DOAJ)
www.doaj.org
Academic Journals Database
<http://journaldatabase.org/academic/about.html>
Latindex - Unam, México
latindex.unam.mx/index.html
Fundación Dialnet, Universidad Rioja, Espanha
dialnet.unirioja.es/
Journals TOCs
<http://www.journals4free.com>
Journals for FREE
<http://www.journals4free.com>
Open Access Library
<http://www.oalib.com/>
Clase, Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
http://clase.unam.mx/F?func=find-b-0&local_base=cla01

Indexações Nacionais:

Qualis - CAPES - Estrato A2, a partir de junho de 2015
Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN), do IBICT.
<http://ccn.ibict.br/busca.jsf>
Sumários.org – Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
www.sumarios.org.br
Revistas no SEER, base do IBICT-MCT.
Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP), da Rede Pergamum
Base de Dados da Biblioteca do Senado Federal (RBVI)
Diadorim
<http://diadorim.ibict.br/>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam uma metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3o, II, VI e nos temas do Art. 3o. IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

Editorial

Orçamento público no Brasil: história e premência de reforma 9

Public budget in Brazil: history and urgent reform

José Roberto Afonso, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

Seção I - Direitos Humanos e Cenário Internacional

The constitutional complaint in the Polish supreme law.....29

A queixa constitucional na lei fundamental da Polônia

Bogumil Szmulik, Cardinal Stefan Wyszyński University in Warsaw, Poland

Andrzej Poglodek, Cardinal Stefan Wyszyński University in Warsaw, Poland

Os direitos humanos e o constitucionalismo internacional latino-americano47

Human rights and the latin american international constitutionalism

Feliciano de Carvalho, Universidade de Fortaleza

Política antiterror: os direitos humanos na encruzilhada da prevenção e da repressão aos atos terroristas65

Anti terror policy: human rights at the crossroads of prevention and repression to terrorist acts

Vicente de Paulo Barretto, Universidade Estácio de Sá e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Cláudio Rogério Sousa Lira, Fundação Educacional Machado de Assis

Seção II - Direitos Fundamentais Cíveis

Dimensões das liberdades de informação e de expressão: elementos do discurso público.....83

Dimensions of the freedom of information and expression: elements of public speech

Clèmerson Merlin Clève, Universidade Federal do Paraná e Centro Universitário Autônomo do Brasil

Bruno Meneses Lorenzetto, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

De *Bowers* a *Windsor*: o longo trajeto constitucional da liberdade ao encontro com a igualdade e a diferença99

From *Bowers* to *Windsor*: the long constitutional path of freedom to find the equality and difference

Maria Fernanda Salcedo Repolês, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

Francisco de Castilho Prates, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

A decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre abandono afetivo e a colonização do mundo da vida 131

The Superior Court of Justice decision about emotional distress and the lifeworld colonization

Rachel Barros Nígro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Seção III - Direitos Fundamentais Sociais

A mediação incidental como meio de solução dos conflitos trabalhistas individuais: a questão da dispensa de trabalhadores detentores da garantia provisória no emprego 147

Incidental mediation as a means of solving individual labor disputes: the issue of dismissal of employees holding a provisional guarantee of employment

Carlos Henrique Bezerra Leite, Faculdade de Direito de Vitória

Ricardo Goretti Santos, Faculdade de Direito de Vitória

Alimentação adequada no Brasil: ativo econômico ou direito fundamental social? 167

The adequate food in Brasil: is it economic asset or social fundamental right?

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes, Universidade Veiga de Almeida

Seção IV - Revisões Teóricas

Jurisdição constitucional: conflitos e tensões entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Legislativo 187

Constitutional jurisdiction: conflicts and tensions between the Supreme Deferal Court and the Legislative National Power

Anna Candida da Cunha Ferraz, Centro Universitário Fieo

Seção V - Leading Cases

Análise crítica da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 590415/SC: a questão da renúncia genérica a direitos oriundos da relação de trabalho mediante adesão a plano de demissão voluntária 213

Critical analysis of the Brazilian Supreme Court decision in the leading case 590415/SC: the general waiver of rights arising from the employment relationship in the plan previously approved by the collective bargaining

Rodrigo Garcia Schwarz, Universidade do Oeste de Santa Catarina

Rogério Luiz Nery da Silva, Universidade do Oeste de Santa Catarina

A participação democrática direta na elaboração de planos diretores como caminho para a sustentabilidade no Brasil: um estudo de caso 237

Direct democratic participation in the preparation of director plans as way to sustainability in Brazil: a case study

Cristhian Magnus De Marco, Universidade do Oeste de Santa Catarina
Gisela Maria Bester, Universidade do Oeste de Santa Catarina

Direito fundamental social ao meio ambiente digno no Brasil: estudo de cinco casos concretos 257

Social fundamental right to decent environment in Brazil: study of five concrete cases

Rogério Gesta Leal, Universidade do Oeste de Santa Catarina
Maria Cristina Cereser Pezzella, Universidade do Oeste de Santa Catarina

Direitos fundamentais sociais em cortes constitucionais: o caso *Grootboom* – tradução e comentários..... 285

Social rights in constitutional courts: *Grootboom's* case – translation and remarks

Carlos Luiz Strapazzon, Universidade do Oeste de Santa Catarina
Robison Tramontina, Universidade do Oeste de Santa Catarina

A autonomia decisória e os benefícios da clonagem terapêutica com células-tronco embrionárias: um estudo de caso – ADI n. 3.150..... 331

Decisional autonomy and the benefits of the therapeutic cloning with embryonic stem cell: a case study – ADI n. 3.150

Janaína Reckziegel, Universidade do Oeste de Santa Catarina
Riva Sobrado de Freitas, Universidade do Oeste de Santa Catarina

Diretrizes para autores 351

